

CONSULTA DE VIABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 91961/2024
Requerente: AG 7 SANTA CATARINA S.A
CPF/CNPJ: 47.275.992/0001-23
Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção
Endereço do imóvel: RUA VICTÓRIO FORNEROLLI E RUA JAIME JACINTO EMERENCIANO-
ESTALEIRINHO. **DIC:** 30994/30993/186343/
44897/44898
Zoneamento: ZC1 – Zona de Conservação Especial Plana



Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)



Imagem 02 - Foto do local (Google Earth, 02/2024)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

- Verificou-se a existência de edificação em terreno com vegetação arbórea;
- **É proibido cortar e/ou podar vegetação sem a correspondente autorização dos órgãos ambientais competentes (SEMAM ou IMA);**
- **As árvores existentes no passeio público (calçada) deverão ser preservadas;**
- O terreno em questão está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava.
- **A APA Costa Brava segue as regras estabelecidas pelo seu Plano de Manejo que encontra-se anexo ao Decreto Municipal nº 10.215, de 28 de dezembro de 2020.**
- Deve-se respeitar as restrições impostas pela Lei nº 4868/2024 que "Dispõe sobre as Normas e padrões para proteção e manutenção da Arborização Urbana do Município de Balneário Camboriú";
- A área de restinga, fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues, deve ser mantida intacta por ser considerada de Preservação Permanente conforme Art. 4º, inciso VI, da Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal);
- Respeitar o recuo de 20,00m da linha de preamar pelas águas do Oceano Atlântico, determinado pelo Plano de Manejo da APA Costa Brava, no qual não poderá ocorrer edificações habitáveis;
- Terrenos localizados na APA Costa Brava possuem índices específicos para cobertura vegetal que devem ser respeitados conforme Plano de Manejo;
- Na existência de tubulação de drenagem, respeitar Art. 2º do Decreto 10.752/2022;

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

- Agrupamento de diversos indivíduos arbóreos no interior do terreno

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

- Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;
 - ↳ No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).
- Projeto de arborização urbana de acordo com o art. 6 e parágrafos da Lei 4868/2024 aprovado pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária;
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Anexo VI da Resolução CONSEMA n. 098/2017, apresentar, nesta Secretaria, a **Licença Ambiental de Instalação** ou **Certidão de Conformidade Ambiental** emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Planta de locação das árvores existentes no passeio público;
- Caso houver necessidade da demolição de obra existente, apresentar autorização da Secretaria de Planejamento Urbano juntamente com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil referente a esta demolição;

CONSULTA DE VIABILIDADE

- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal, Plano de Manejo da APA Costa Brava e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 14 de Outubro de 2024.